



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

CRISE DO CAPITAL, BARBÁRIE E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS DA PROFISSÃO

Maria Clara Ezequiel Bezerra¹

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas²

Flávia Ferreira Alves do Nascimento³

Fernanda Neves Gaspar⁴

Glauce Kelly Rodrigues Lopes⁵

Resumo: O presente artigo analisa na conjuntura de crise estrutural do capital o processo de recrudescimento do pauperismo e seus efeitos políticos, sociais e ideológicos, apontando os desafios ético-políticos postos ao Serviço Social, na formação e exercício profissional, no contexto de Contrarreforma do Estado.

Palavras-chave: Crise do Capital. Neoliberalismo. Barbárie. Serviço Social. Precarização.

Abstract: This article analyzes in the conjuncture of structural crisis of the capital the process of re-emergence of pauperism and its political, social and ideological effects, pointing out the ethical-political challenges posed to Social Work, in the formation and professional exercise, in this context of State Counter-Reformation.

Keywords: Crisis of Capital. Neoliberalism. Barbarism. Social service. Precariousness.

1. INTRODUÇÃO

Passados mais de dez anos da eclosão da crise econômica de 2008, nota-se o agravamento da barbárie capitalista. Como parte do processo de recrudescimento do pauperismo, observam-se os efeitos políticos, sociais e ideológicos da miséria, que é solo fértil para o crescimento do conservadorismo e que implica em duros retrocessos para a classe trabalhadora.

Há muito se sabe que as crises capitalistas são cíclicas e constitutivas desse modo de produção. Ademais, há algumas décadas, a burguesia esbarra nas impossibilidades de retomar patamares de crescimento estáveis, vivendo uma ‘onda’ prolongada de recessão com crescimentos pontuais e efêmeros. A crise de 2008 revelou, mundialmente, o aprofundamento da decadência burguesa que, desde a crise de superprodução da década

¹ Estudante de Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: claraezequiel@hotmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: claraezequiel@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: claraezequiel@hotmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: claraezequiel@hotmail.com.

⁵ Estudante de Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: claraezequiel@hotmail.com.

de 70 do século XX tem dificuldades em encontrar saídas para a queda da taxa de lucro – apesar de todos os ajustes econômicos e políticos desde então.

A realidade brasileira segue o ritmo mundial, a despeito das particularidades da economia de capitalismo tardio. Temos assistido, ano após ano, governo após governo, a mercantilização das políticas públicas e a desresponsabilização do Estado no trato das políticas sociais, principalmente no que tange a serviços de previdência, saúde e educação que estão sendo cada vez mais colocados sob a ótica do Capital, da iniciativa privada e do Terceiro Setor.

O mais recente aprofundamento da crise econômica brasileira, que vem ocorrendo especialmente a partir da segunda década do século XXI, desdobra-se em pacotes de ajustes econômicos cada vez mais austeros para a classe que vive do trabalho e em uma profunda crise política que abala as estruturas do poder no país na última década, abalando a confiança e credibilidade dos três poderes.

Todos esses elementos abrem desafios de diferentes matizes – econômicas, sociais, políticas, culturais; todas elas refratárias de uma mesma condição: o capitalismo segue, década após década, arrastando a humanidade para o aprofundamento da desumanidade.

Por conseguinte, o presente texto pretende abordar, no marco da realidade contemporânea, a particularidade dos desafios éticos postos ao Serviço Social, em meio às mudanças ocorridas no mundo do trabalho e na organização do ensino superior brasileiro, especialmente no que diz respeito à formação em Serviço Social e o exercício profissional dos assistentes sociais que repõem e adensam, diuturnamente, os desafios de outrora.

2. AS RAÍZES DO TEMPO PRESENTE, OU O “MUSEU DE GRANDES NOVIDADES”

Conectando-nos diretamente com a perspectiva da teoria social crítica, observa-se que os fundamentos sócio-históricos dos desafios postos ao Serviço Social, na perspectiva da totalidade, articulam suas dinâmicas mais particulares a determinações mais gerais. Determinações mais gerais do capital, que, para fins didáticos, pode-se classificar em quatro tendências mais significativas que aqui propomos brevemente analisar: a) a crise contemporânea do capital; b) a reestruturação produtiva; c) a contrarreforma do Estado; d) a ideologia neoliberal.

Segundo Santos (2010, p. 698), “o entendimento das condições de trabalho dos(as) assistentes sociais exige o pleno conhecimento das determinações e implicações da crise estrutural do sistema do capital”, isto, pois, “tudo o que acontece na vida cotidiana, por um conjunto amplo de mediações, é determinado pelas condições estruturais da sociedade e pela ação dos sujeitos” (Ibidem). Nesse sentido, torna-se necessário destacar os pontos fundamentais da crise estrutural deste modo de produção.

Essa crise, deflagrada a partir dos anos 1970, no marco do capital monopolista e financeirizado, tem sua base na contradição fundamental do contínuo crescimento do trabalho morto sobre o trabalho vivo (Ceolin, 2014), gerando uma crise clássica de superprodução, no marco de um esgotamento de crescimento, cada vez mais evidente deste modo de produção.

Assim, segundo Raichelis (2011)

desde a eclosão da crise mundial do capitalismo de base fordista, em meados dos anos de 1970, a questão social vem assumindo novas configurações e manifestações, pela sua estreita relação com as transformações operadas no “mundo do trabalho”, em suas formas de organização, regulação e gestão, e com as redefinições no âmbito do Estado e das políticas públicas (RAICHELIS, 2011, p. 421)

A reestruturação produtiva e as diversas transformações no mundo do trabalho, são identificadas como estratégias de enfrentamento à crise e a tentativa de restauração da hegemonia burguesa, neste sentido, são instauradas novas formas de exploração que intensificam a precarização, afetando negativamente as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Colombi (2016) pontua que o molde estabelecido para a produção econômica está baseado na acumulação flexível, que, flexibilizando as relações de trabalho, de produção e consumo, irá fortalecer e organizar o capital na obtenção de seus anseios.

Ceolin (2014) destaca que, o processo de reestruturação produtiva nos moldes da sua flexibilização, generaliza a “subproletarização do trabalho, nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, doméstico e informal” (Ceolin, 2014, p. 251).

No mesmo sentido, Raichelis (2013) afirma que as mudanças na organização da produção, supramencionadas, afetam também a subjetividade da classe trabalhadora, pois os trabalhadores encontram-se, também, desprovidos de organização coletiva.

Assim, as transformações empreendidas no mundo do trabalho no contexto de reestruturação produtiva, precarizam ainda mais as condições objetivas e subjetivas em que se processa o trabalho. Estes processos irão definir padrões de atuação para o Estado, provocando redefinições nas políticas sociais. Ao analisarmos os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade, a contrarreforma do Estado aparece, notadamente, como um determinante de extrema importância. Para Ceolin (2014)

As transformações no mundo do trabalho têm alterado as relações entre Estado e sociedade, redefinindo o papel dos Estados nacionais e alterando os parâmetros de constituição de seu sistema de proteção social com ampla e profunda repercussão na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão dos direitos sociais (CEOLIN, 2014, p. 250).

No Brasil este processo é observado fortemente a partir dos anos de 1990, em que foi possível assistir inúmeras mudanças empreendidas pelos governos sob os ditames do ideário neoliberal, materializadas no “enxugamento do Estado, com evidente desprezo das conquistas sociais garantidas na Constituição de 1988, sob o mote das ‘reformas’” (SILVA E RAICHELIS, 2015, p.585).

Silva e Raichelis (2015) destacam, ainda, implicações da reestruturação produtiva nas organizações públicas, em que podemos identificar o enxugamento de postos de trabalho, ampliação da prestação de serviços a partir da terceirização, perda de direitos materializados em benefícios, e incorporação de novos mecanismos de controle e fiscalização do trabalho nos marcos da contrarreforma estatal.

Todas as mudanças econômicas, sociais e políticas assinaladas relacionam-se dialeticamente com a ideologia neoliberal. Dialeticamente, pois, por um lado, estas mudanças não poderiam ocorrer sem uma base de sustentação ideológica que convencesse de sua necessidade e, por outro lado, as mudanças ocorridas provocam, também, novas formas de ser e pensar.

Assim, “o neoliberalismo difunde a ideia de que o bem-estar social pertence ao foro privado dos indivíduos e seus grupos sociais. Deslocam-se as respostas às manifestações da questão social da esfera do Estado para a do mercado e a sociedade civil” (CEOLIN, 2014, p. 253). Essa é a ideia que sustenta a contrarreforma do Estado.

Nesse sentido, o Estado acentua “seu papel político para atender prioritariamente os interesses do capital em detrimento do atendimento às necessidades humanas” passando “a operar cada vez menos na perspectiva dos direitos e mais na lógica do mercado com sua ânsia de eficácia e produtividade” (SANTOS, 2010, p. 701), características da ideologia neoliberal.

No Serviço Social, esta ideologia “produz drásticas implicações à dimensão teórica, metodológica, política e técnica do trabalho profissional” (Moraes, 2016, p. 594) provocando, inclusive, o questionamento do projeto profissional pela própria categoria. As refrações destas determinações mais gerais na particularidade da profissão, é o que analisaremos no item a seguir.

3. PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E A LUTA CONTRA O CONSERVADORISMO

A direção teórico-metodológica hegemônica do Serviço Social brasileiro passou por inúmeras mudanças ao longo da história da profissão, nota-se, entretanto, durante as primeiras décadas de sua existência, um marcante traço comum: o compromisso sócio-político com o conservadorismo (Iamamoto, 2011). Tal compromisso foi a base da

construção de um fazer profissional historicamente comprometido com o projeto de sociedade das classes dominantes, com uma função intelectual colaboracionista com a concepção de mundo burguesa, na medida em que nega a existência das classes sociais e as expressões da “questão social” como consequências inerentes ao antagonismo entre capital e trabalho.

Foi somente nos anos 1970, após a Reforma Universitária de 1968 e a inserção do Serviço Social em ambientes universitários que foi sinalizado o início de um período de profundos questionamentos quanto à direção social do Serviço Social, somando a isto a conjuntura de lutas e questionamentos do regime militar.

O processo de ruptura com o conservadorismo na profissão se gesta e se constrói em meio à reorganização política e sindical de toda a classe trabalhadora, e tem estreito laço com essa conjuntura e com os demais sujeitos políticos do período. Este movimento de ruptura se expressará, mais tarde, no que se convencionou chamar de Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS). O PEPSS compreende uma síntese de elementos que formam “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (NETTO, 2006, p. 07).

Esta categoria, embora hegemonicamente tenha construído um projeto crítico e elaborado mecanismos que marcham no sentido de tornar possíveis posturas coerentes com tal projeto, enfrenta, cotidianamente, um processo que é permeado por contradições, já, que “a afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprimem as divergências e contradições” (NETTO, 2006, p. 05). Contradições estas, postas e repostas diuturnamente pela sociabilidade do capital em permanente aprofundamento da barbárie social. É no marco destes desafios que se desenvolvem as reflexões a seguir, acerca da formação e do exercício profissional dos assistentes sociais no século XXI.

A expansão do ensino superior brasileiro dos últimos anos tem sido parte de um projeto de contrarreforma do Estado, orientada pelos organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), é um elemento do projeto neoliberal de transformação dos direitos conquistados nas décadas anteriores em mercadorias. Desde os anos 1990 a Universidade brasileira tem passado por uma profunda crise “gerada pelas alterações na configuração da luta de classes e da dominação imperialista que exigia a privatização de setores estratégicos do país, entre esses, a educação” (LIMA, 2013, p. 07).

Sob a bandeira da democratização do acesso, se redesenha o modelo de educação no país. Iniciado no Governo Cardoso (1995-2002), este projeto ganha novas formas a partir

de 2003, através de um conjunto de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Leis e Decretos que indicam a Reforma Universitária como uma prioridade na pauta de ação política do Governo Lula.

Entre todos os projetos e decretos que compõem a Reforma Universitária, alguns merecem destaque. São eles: a Medida Provisória 213/04, que institui o Programa Universidade para Todos – ProUni; os Decretos 5.622/05 e 5.800/06, que instituem e regulamentam o Ensino à Distância (EAD) e o consórcio de instituições que oferecem esta modalidade, a Universidade Aberta do Brasil (UAB); e o Decreto Presidencial 6.096/07, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

O principal projeto do Governo para a expansão do Ensino Superior, o ProUni, se deu através do incentivo ao mercado educacional, de acordo com as orientações do Banco Mundial. Após a crise vivida pelas IES privadas por falta de mercado consumidor e as grandes taxas de inadimplência no início dos anos 2000, o ProUni tira da falência diversos grupos empresariais do setor educacional. Através de isenções fiscais milionárias, o Governo Lula iniciou uma verdadeira transferência (mesmo que indireta) de dinheiro público, na compra das vagas ociosas das IES privadas para oferecer bolsas de estudo a estudantes oriundos da rede pública de ensino.

Outro marco na expansão da educação superior brasileira está relacionado ao decreto que regulamenta o Ensino à Distância no Brasil. Esta modalidade de ensino, extremamente lucrativa pelo seu baixo custo, tornou-se setor privilegiado de investimento nos últimos anos e segue um ritmo acelerado de crescimento.

Questiona-se, entretanto, a qualidade dessa modalidade, diante da ausência de efetiva relação pedagógica e de participação na vida acadêmica, ausência do fundamental tripé ensino-pesquisa-extensão e a inserção em movimentos sociais, além das irregularidades que permeiam a EAD⁶.

Em suma, a contrarreforma da educação implementada pelos governos brasileiros tem como marca a expansão do acesso ao ensino superior através da ampliação do setor privado, do empresariamento da educação e da certificação em larga escala, um aumento quantitativo do acesso pela via do rebaixamento da qualidade da formação acadêmica.

De forma diametralmente oposta aos rumos do ensino superior brasileiro, encontra-se o projeto de formação profissional do Serviço Social. O perfil profissional de assistentes sociais construído pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, coerente com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, pretende uma formação profissional generalista, com ênfase em

⁶ O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) produziu dois importantes materiais que tomam nota de inúmeras irregularidades no Ensino à Distância. São duas cartilhas intituladas “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social”, volumes 01 e 02. Ambas disponíveis em: www.cfess.org.br.

um rigoroso aprofundamento teórico, histórico e metodológico. Estes princípios buscam tornar o assistente social sujeito competente para compreensão crítica da realidade social na qual está inserido, bem como das políticas públicas e de seus usuários em suas determinações sócio históricas e complexidade.

Nisso residem os desafios à formação profissional. O processo de desqualificação da formação universitária, afeta a formação em Serviço Social e ameaça frontalmente o projeto previsto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Rebaixa a qualidade da formação em um tempo histórico cada vez mais complexo, que requisita dos profissionais maior domínio da teoria crítica para seu entendimento e elaboração de estratégias profissionais coerentes com o Projeto Ético-Político.

É importante destacar que a precarização no processo formativo atinge também as Instituições Públicas de Ensino, assim, o perfil do profissional formado em meio ao processo de contrarreforma universitária no Brasil será um perfil que tende ao empobrecimento profissional. Inclina-se a uma prática que retoma e renova o conservadorismo na profissão, incapaz de escapar das artimanhas ideológicas do voluntarismo, tecnicismo, pragmatismo, da prática rotineira e burocratizada, do empiricismo, isto porque as demandas do Serviço Social aparecem na forma individualizada, e a prática irreflexiva nos leva exclusivamente a respostas individualizadas.

Nos dados do Censo da Educação Superior de 2017 apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), entre os anos de 2006 e 2016⁷ verifica-se o aumento de cerca de 93,33% do número de cursos de Serviço Social no país. Do total de cursos ofertados atualmente, 93,56% correspondem à modalidade presencial, porém, desse montante apenas 16,55% são pertencentes à IES públicas. Apesar do percentual de cursos aparentemente reduzido, é relevante ressaltar que as IES na modalidade EAD contam com diversos polos espalhados por todo o país, o que lhes garantem um número de vagas significativamente superior a modalidade presencial.

Ao observar a oferta de vagas entre os anos de 2006 e 2016, identifica-se um crescimento exorbitante nos cursos à distância. Enquanto as vagas ofertadas por cursos presenciais exibiram um aumento de 124,84%, no ensino à distância o percentual foi de 122.685%. Diante disso, em consequência dos baixos custos de investimento e alto retorno financeiro, fundamentado pela disponibilização de muitas vagas, o ensino à distância apresenta-se como uma via notavelmente lucrativa no setor educacional, principalmente nos cursos da área de humanas, como é o caso do Serviço Social.

⁷ Consideramos este recorte temporal para fins de análise pois entende-se o ano de 2016 como relevante no âmbito do percurso das mudanças vividas pela Educação Superior brasileira, sobretudo no que diz respeito à formação na modalidade à distância em Serviço Social, quando registra-se a abertura dos primeiros cursos.

Com a oferta massiva de vagas nos cursos à distância, as matrículas realizadas são predominantes nessa modalidade. No ano de 2016 elas representavam 58,32% das matrículas nos cursos de Serviço Social. É importante destacar que de acordo com o Censo, apenas 10,85% dos matriculados em 2016 estavam no ensino presencial público. Além disso, a modalidade EAD também se sobrepõe a presencial em relação aos concluintes. Enquanto formaram-se 13.877 no ensino presencial, sendo 2.698 na esfera pública, o que representa um percentual de 9,17%, no ensino à distância concluíram 15.526 estudantes.

Embora os dados dos ingressos nos cursos à distância se sobreponham aos presenciais, ao averiguar a quantidade de candidatos inscritos constata-se que a primeira opção desses ainda é o ensino presencial. Do total de candidatos registrados em 2016 cerca de 63,38% se inscreveram nessa modalidade, o que permite pressupor que a tendência é o preenchimento das vagas nos cursos à distância em decorrência da não inserção no ensino presencial.

Por conseguinte, constata-se que o perfil de formação profissional pretendido pelo Serviço Social tem sido cada dia mais ameaçado pelo processo de contrarreforma da educação superior, não por acaso, este tem sido tema de estudos da categoria e alvo de debate das entidades representativas do Serviço Social.

Nesta conjuntura adversa torna-se cada vez mais imprescindível uma formação profissional capaz de tornar o assistente social consciente de seu papel na sociedade de classes, para que ele possa, no seu fazer profissional, orientar-se por um direcionamento teórico-metodológico, superando “as ilusões de um fazer profissional que paira ‘acima’ da história” (Iamamoto, 2011, p. 37). A fragilidade da consciência crítica favorece a reatualização do conservadorismo já conhecido do Serviço Social.

Acrescente-se, porquanto, aos desafios existentes na formação profissional, aqueles que reconfiguram o mercado e as condições de trabalho do Serviço Social e estará dimensionado o tamanho dos desafios presentes. Na medida em que o número de vagas no âmbito da formação não acompanha o número de vagas no mercado de trabalho, o resultado não pode ser outro senão o desemprego colossal e o reforço do emprego precário na categoria.

Esta realidade era apontada como tendência por Iamamoto, ainda em 2007:

O crescimento exponencial do contingente profissional, a curto prazo, traz sérias implicações para o exercício profissional e para as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais ele se realiza. Pode-se antever um *crescimento acelerado do desemprego nessa área*, pois dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando o *piso salarial*, a *precarização das condições de trabalho* e *aumentando a insegurança do trabalho* (IAMAMOTO, 2007, p. 440).

Demonstra-se que “ocorre uma interface entre o crescimento do espaço de atuação do Serviço Social, a oferta de postos de trabalho para os assistentes sociais e o incremento das apostas do mercado da educação superior na área do Serviço Social [...]” (Trindade, 2015, p. 144).

A precarização a que estão submetidos os assistentes sociais, não se explica apenas por uma particularidade da profissão, tal categoria é majoritariamente contratada pelo Estado, e suas condições de trabalho devem ser compreendidas através da precarização em um sentido mais amplo. Nesta análise, as políticas sociais são uma importante mediação, uma vez que estas determinam, precipuamente, as funções e configurações do exercício profissional. O trabalho do assistente social é gradativamente voltado para a execução destas políticas sociais, e, tendo sido estas duramente atacadas desde o advento do neoliberalismo, os rebatimentos destes ataques são diretamente sentidos na profissão.

Em meio a este quadro geral temos a tendência à focalização da pobreza e seu enfrentamento por meio de projetos assistencialistas e restritivos. No Brasil, esta tendência se desdobra por meio da intensiva expansão da política de assistência social, no bojo da contrarreforma da Seguridade Social brasileira, em que se observam os caminhos da precarização e privatização nas políticas de Saúde e Previdência. Assim, a assistência social assume centralidade no trato das contradições sociais e, dentro desta política social, assumem o protagonismo os programas de transferência de renda, donde se destaca o Programa Bolsa Família (PBF), que ocupa quase todo o orçamento da assistência social e a torna cada vez mais reduzida a uma política de compensação da pobreza.

Essa expansão no campo da assistência social, através de programas específicos de combate à pobreza, segundo Netto (2009, pg. 38-39), “opera a efetiva redução do Serviço Social à profissão da assistência”, o que se torna ameaçador ao projeto profissional crítico já que muitos setores da categoria absorvem a perspectiva das classes dominantes sobre a assistência social como solução para combater a pobreza.

Outro fator importante é que com a descentralização das políticas sociais no Brasil e a transferência da execução da política de assistência social para a esfera dos Governos Municipais, a mão-de-obra do assistente social passa a ser, ainda mais, absorvida pela esfera municipal, que historicamente não oferece mínimas condições de trabalho e remuneração aos profissionais. Dentre os fatores agravantes no que tange à precarização e insegurança no trabalho podemos destacar a ausência de infraestrutura necessária e os vínculos empregatícios lastimáveis.

A autonomia profissional também se revela como um fator que expressa a precarização nas condições de trabalho. O assistente social tem sua relativa autonomia

ameaçada, uma vez que “depende da venda de sua força de trabalho para a manutenção de sua sobrevivência e, enquanto trabalhador assalariado tem que responder às prescrições institucionais, que redesenham o caminho da burocracia, do empirismo e do imediatismo.” (MORAES, 2016, p.591).

Além de ser uma expressão da precarização das condições de trabalho dos Assistentes Sociais, o assédio moral revela-se como uma estratégia do capital para aprofundar o processo de dominação do trabalho, a partir do acirramento de situações de violência que atingem o trabalhador por completo, provocando doenças físicas e psíquicas (Silva e Raichelis, 2015). Essa estratégia visa fazer com que aquele que sofre tal violação sinta-se constrangido, humilhado, incapacitado a ponto de pedir demissão.

Vicente (2015) pontua que

se verifica nos modos de precarização do trabalho uma degradação ética e moral das relações inter-pessoais e inter-hierárquicas (e, no caso do Serviço Social, podemos incluir as relações com a população), ocasionando um desgaste ético nas relações, atingindo valores como a reciprocidade, o respeito, a confiança e o reconhecimento de cada um (p. 571).

Neste sentido, observa-se que no processo de reestruturação do capital, alguns valores são impregnados nas relações sociais para orientar os indivíduos em sua conduta pessoal e profissional. Santos (2010, p. 578) afirma que se trata da disseminação de um *ethos* funcional ao capitalismo, que constantemente está em atualização para dar conta das necessidades deste.

O processo de desvalorização das pessoas, a descartabilidade dos trabalhadores e a situação de desemprego podem ser identificados como determinantes para radicalização da coisificação das relações humanas, fragilizando a dimensão ética do trabalho e a identidade individual e coletiva dos sujeitos.

As transformações no mundo do trabalho, com ênfase na precarização, e toda ofensiva do capital, ameaçam a dimensão intelectual do trabalho na direção do projeto ético-político do Serviço Social, esta realidade converge para práticas reduzidas ao imediatismo e frágeis vínculos com os valores do projeto profissional hegemônico. Moraes (2016, p. 592) sustenta que tal realidade captura o sêmen do pensamento crítico do assistente social, deixando sua intervenção cada vez mais desprovida de criticidade e sua autonomia cada vez mais relativizada.

Raichellis (2011) também destaca como expressão da precarização do trabalho o aumento da fragilidade sindical, destacando os efeitos políticos da terceirização, que “produz discriminação, pulverização e competição entre os próprios trabalhadores, enfraquecendo a representação política da classe trabalhadora” (RAICHELLIS, 2011, p. 431).

A ofensiva neoliberal emprega mecanismos para fragmentar o conjunto dos trabalhadores e suas entidades, uma vez que é na organização coletiva que temos a possibilidade de resistir na luta por melhores condições de vida e de trabalho frente a constante violação de nossos direitos. Boschetti (2011, p. 564) destaca a importância do conjunto CFESS/CRESS na luta por melhores condições de trabalho dos assistentes sociais, implementando diversos tipos de ações junto a órgãos públicos e privados.

Coloca-se, nesse cenário, um processo de reconfiguração do perfil profissional do assistente social, contrário à perspectiva idealizada nos marcos do projeto ético-político do Serviço Social. O que se encontra em andamento antagoniza com a tradição teórica da profissão, sua cultura intelectual e seu legado histórico no campo da criticidade.

Diante desta conjuntura de precarização do trabalho são necessárias estratégias de organização coletiva dos trabalhadores, fortalecendo as reflexões conjuntas, ampliando as discussões nas associações da categoria e no conjunto da formação e propondo a participação efetiva de todos os trabalhadores, neste contexto extremamente adverso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a presente reflexão abordando traços da crise do capital em curso. Ao situar o Serviço Social em meio a esta conjuntura, assinalamos as características predominantes no âmbito da formação e exercício profissional desta categoria, considerando que essas características favorecem à reatualização do conservadorismo profissional.

Ao pensarmos, então, em conservadorismo profissional, é necessário relacioná-lo com a atual situação econômica, política, social e ideológica da classe trabalhadora em geral. O cenário atual se configura repleto de desafios, com um Presidente da República que representa o que há de mais atrasado ideológica e politicamente no país. Estamos em meio à barbárie social, com inúmeros ataques aos direitos trabalhistas, sociais, políticos e humanos.

Todos esses elementos levam ao inegável aumento do conservadorismo, por meio da exacerbação do individualismo, da falta de solidariedade, e dos (des)valores. A ausência de perspectiva de vida, sobretudo para a juventude – principal atingida pelo desemprego – relaciona-se com um aumento brutal da violência e da cultura do medo.

A realidade é, de fato, assustadora, mas há, entretanto, esperança. Outros elementos dessa mesma realidade – dinâmica e contraditória – nos fazem crer que o projeto profissional crítico do Serviço Social continua permeado por importância e sentido.

Se temos uma herança conservadora, temos também uma história de ruptura: um patrimônio conquistado que é nosso, mas cujos valores, cujas referências teóricas e cuja força para a luta não foram inventadas por nós. Trata-se de uma herança que pertence à humanidade e que nós resgatamos dos movimentos revolucionários, das lutas democráticas, do marxismo, do socialismo, e incorporamos ao nosso projeto (BARROCO, 2011, p. 215).

Assim sendo, cabe considerar, desta realidade, além dos elementos regressivos, aqueles que assinalam a 'existência da resistência', por assim dizer. Os elementos progressivos da luta de classes. Ou seja, as lutas democráticas, em defesa dos direitos sociais e das minorias, que permanecem vivas. E é nelas que o Serviço Social precisa ancorar o sentido de seu projeto profissional.

5. REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2011.
- CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2014, n.118, p. 239-264.
- COLOMBI, Bárbara Leite Pereira. **A precarização do trabalho em foco: rebatimentos para os assistentes sociais do Judiciário**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2016, n.127, pp.574-586.
- IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 11. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capitalismo financeiro, trabalho e questão social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da Educação Superior**. Sinopses estatísticas. 2017.
- LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz T. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 1-26, 2013.
- MORAES, Carlos Antonio de Souza. **O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2016, n.127, pp.587-607.
- NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês de Souza; UCHÔA, Roberta;

NOGUEIRA, Vera; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009 (p.668-700).

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2011, n.107, pp.420-437

_____. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2013, n.116, pp.609-635.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2010, São Paulo, *n. 104*, p. 695-714, out./dez.

SILVA, Ociana Donato da; Raichelis, Raquel. **O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2015, n.123, pp.582-603.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Tendências do mercado de trabalho do serviço social: descobertas e inquietações a partir da pesquisa sobre a realidade de Alagoas (1998 a 2010). In: TRINDADE R. L. P; LINS, M. A. T. **Assistente Social: trabalhador/a assalariado/a**. Maceió, 2015: Edufal.

VICENTE, Damares. **Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2015, n.123, pp.562-581.